



RESISTÊNCIA INDÍGENA NO BRASIL: NOVOS OLHARES, NOVOS ENFOQUES

Jose Hildemarcio Mendes Soares

*Universidade Federal da Paraíba
marcio.017@hotmail.com*

Resumo

É nos sabido que os portugueses foram os grandes causadores de destruição demográfica para com o indígena brasileiro, estes que sempre foram os verdadeiros donos da terra e que lutaram bravamente por ela, resistindo aos diversos mecanismos de exploração do branco para mantê-la. Assim, compreende-se que a colonização do Brasil foi um grande assalto as terras indígenas. Neste sentido, observou-se que os indígenas foi alvo de inúmeras chacinas por lutar contra a domesticação do branco europeu, sendo condenados ao desaparecimento. O objetivo deste estudo é analisar alguns mecanismos de resistência dos nativos que residiam no Brasil colonial durante as décadas que antecederam a exploração da cana-de-açúcar. Observou-se que pouco se fala sobre essa cultura na sociedade atual, principalmente daqueles que foram à mola fundamental para que essa cultura brasileira se propagasse. Inicialmente faz-se um breve relato sobre o “descobrimento”, o início e como foram o contato entre ambas as culturas. Para uma melhor compreensão do estudo, irei citar as principais características do índio e como era sua cultura, bem como era seu cotidiano e por fim detalhar as estratégias destes para sua sobrevivência. O estudo mostra a importância da resistência do índio para o Brasil e propriamente para seus descendentes, bem como possibilitar um olhar diferente a cerca de um povo que sofreu barbáries no período colonial e que até hoje não deram o devido lugar ou importância na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Índios, Resistência Indígena, Brasil Colônia.

1. Introdução

Muito se tem falado sobre a cultura indígena e sua conjectura do passado, principalmente a partir do colonizador europeu. Deste modo, discorreremos sobre este tema com o propósito de fazer um esplanamento sobre este tema tendo como base estrutural, as visões do índio e as pesquisas de certa maneira, já realizadas pelos historiadores e outros autores afins a temática.

Sabendo-se que se trata de um tema ainda abordado com muito desdém, e que ainda existe certo mito ao se transcorrer sobre esse tema, procuramos aqui tornar mais simples e habitual, bem como até mesmo a título de informação, os conceitos gerados por esse grupo humano que tanto contribuiu para a formação da sociedade brasileira. Numa perspectiva social, explorar essa temática com o proposito de trazer a tona



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

uma cultura deixada de lado ou mesmo menosprezada por uma parte da sociedade brasileira que pouco ou nada conhece de seu passado, de suas raízes que aceitando ou não está imbricada na cultura nativa. Esse grupo social que desde meados do século XVI, foram escravizados e obrigados a aceitarem a imposição dos colonos. Sujeitando-se a submissão foram levados a ceder suas terras, além de perderem sua identidade, liberdade e o seu direito a vida. Por resistirem à dominação portuguesa, foram vários anos de tormentos e extermínio dos nativos, ocasionando o despovoamento de grandes regiões, tanto no litoral quanto no sertão brasileiro. Fatos esses que até hoje reflete na formação da identidade brasileira.

É bom atentar que esse estudo bibliográfico é uma reconstrução de fatos do passado, e o passado é sempre reconstruído a partir do olhar do presente, ou seja, ressignificamos o passado.

Com intuito de uma melhor compreensão, esta pesquisa foi dividida em três momentos de discussão: primeiramente visa mostrar o “descobrimento” do Brasil de uma forma geral. Em seguida, o índio em sua vivência e hábitos, sua cultura. E por final, propõe uma exposição das explorações, estratégias e resistência.

Nesta perspectiva, este estudo busca mostrar o índio sobre uma nova ótica, um novo olhar, de forma a conhecer a História de um grupo social que fez e faz parte da sociedade brasileira, que ao longo dos anos que antecederam o ciclo da cana-de-açúcar foram humilhados, massacrados e exterminados. História essa renegada ou silenciada pelo discurso oficial, mas que tem sua importância e direitos para com um povo.

2. Procedimentos metodológicos

Para a execução deste estudo foi feito o levantamento de referências bibliográficas de diferentes fontes, a exemplo de sites, artigos, revistas, e vídeos pertinentes ao recorte da temática em estudo. Assim, fez-se uma pesquisa documental centrada na análise da literatura ou análise do conteúdo, de modo que esse tipo de pesquisa tem por objetivo explicitar e proporcionar maior entendimento a cerca de um determinado assunto.

A partir das seleções e análises documentais, pretendeu-se buscar instrumentos que possibilitem os questionamentos, uma vez que, a história procura compreender e explicar problemas e questões oriundas do presente, a partir do passado. Contudo, essa pode ser considerada como uma das mais importantes contribuições dos Annales sobre o fazer história, uma abertura e uma proposta de abertura para o diálogo da história com todas as outras áreas do conhecimento.



A cerca disso Reis (2000) comenta que a influência das ciências sociais fez com que a história rompesse com a longa tradição e se renovasse. Essa mudança não significou a negação do que se fazia antes, mas subtendeu a um “novo olhar, a novos problemas, a novos instrumentos e a novos fins”. Essa aproximação com as ciências sociais e outras áreas desencadeou um rompimento com o tradicionalismo, ou seja, uma nova crítica ao modo positivista de fazer história acabou por ser gerado, e os questionamentos teóricos sobre história puderam ganhar novos fôlegos metodológicos.

Portanto, a história passa a abrir novas possibilidades, e a incluir todos como sujeitos históricos. Deste modo, percebemos que a nova história, novas temáticas, novos objetos, novas fontes foram, enquadrados no mundo do historiador, lhe possibilitando a enxergar que tudo é história. E pensando assim, nosso objeto de estudo são os nativos que habitavam as terras que hoje conhecemos como Brasil.

3. Resultados e Discussão

3.1 O “descobrimento” do Brasil: do contato ao início da exploração

A chegada dos europeu-portugueses nas novas terras é alvo de diversas discussões pelos historiadores, mas como o objetivo deste trabalho não é entrar nesse mérito, a discussão sobre a chegada dos europeus abordada aqui é como simples explanação dos fatos históricos, bem como serve de contexto para compreensão do recorte temporal que está sendo abordado.

Assim, a chegada dos europeus nas novas terras descobertas se deu a partir de 1500, quando a esquadra de Pedro Álvares Cabral chegou às margens do litoral nordestino. No entanto, não sabiam se era uma ilha ou um continente e os tripulantes ficaram admirados com tantas belezas naturais que presenciavam naquele momento. Também, descobriram que não era uma região inabitada, mas que aquela beleza natural já tinha “donos” e coberta por diversas tribos indígenas.

De início, o governo de Portugal, não se interessou pelas novas terras, pois não encontrou o que desejava: ouro ou pedras preciosas. Além disso, outro fato que fez Portugal a não se interessar foi que neste período o comércio de especiarias (comercialização de produtos de porcelana, tecidos e temperos ou condimentos usados na culinária para proporcionar sabores e conservar os alimentos que muitas vezes não cheiravam bem) vindos principalmente da Índia, dava mais lucro ao país. Então, a Coroa portuguesa deixa de lado essas terras e continua com seu comércio oriental. Mesmo assim Portugal não queria perder essas terras para outros países, pois os boatos da descoberta de terras a oeste já circulavam a Europa. E para que outras potências europeias não fizessem isso antes, conquistando e se



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

apossando das terras o Rei decide delegar ao comerciante Fernão de Noronha o título de explorador oficial da Coroa (BUENO, 1998).

Assim, até os anos 30 do século XVI, as terras são deixadas nas mãos de donatários ou pessoas de confiança da Coroa portuguesa que tinham o papel de explorar para ele e a Coroa.

A primeira forma de exploração foi o pau-brasil. A extração do pau-brasil – “madeira nobre, da qual se extraía tinta, utilizada como corante para tecidos na Europa” e que no Brasil se fazia parte aos montes do panorama natural da vegetação, fora alvo de uma forma de comércio entre os europeus e os indígenas, conhecidas por escambo: uma forma de trocas de produtos entre ambas as partes (LOPEZ, 2002, p.18). Conforme Wehling (1999), os portugueses davam bugigangas: espelhos, facas, chocalhos, entre outros, para os indígenas pelo seu trabalho em cortar as árvores e carregá-las. É evidente que os indígenas tinham um interesse ao cortar o pau-brasil, mas esse interesse foi instigado por algo que eles não conheciam e chamavam sua atenção.

Os comerciantes europeus que lidavam com o pau-brasil eram dependentes da mão de obra indígena, afinal eram eles que cortavam, desbastavam e carregavam nos ombros nus, chegando a percorrer de 15 a 20 quilômetros adentro de matas até chega às embarcações mercadoras, disse o escritor francês Jean de Léry (LISBOA E BOTELHO, 2000).

Assim, percebe-se que não foi uma atividade extrativista, mas uma verdadeira devastação, pois milhões de árvores foram derrubadas e exportadas para a Europa sem qualquer controle (LISBOA e BOTELHO, 2000). E essa forma de comércio permitia os portugueses extraírem a madeira para vender no mercado europeu. Madeira esta que era transformada em móveis, enquanto o extrato era usado na fabricação de corante vermelho.

Para Costa (1943), os primeiros contatos ocorreram de forma pacífica e de estranhamento, devido a grande diferença cultural entre estes dois povos. Além do mais, o contato, foi um verdadeiro “choque de culturas”, houve espanto de ambos os lados, pois os portugueses estranharam muito o fato dos índios andarem nus, enquanto os indígenas também estranharam as vestimentas, barbas e as caravelas dos portugueses.

Mas também, Fausto (2010) expõe que o contato fora de exaltação e admiração, pois para algumas tribos, a exemplo das tupis, pelo menos de início, os portugueses puderam até considerados como deuses:

[...] os portugueses, e em especial os padres, foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs (pajés), que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando-lhes de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais. (FAUSTO, 2010, p. 40)



Contudo, após o contato, a preocupação dos portugueses era descobrir se nessa nova terra existia e onde metais preciosos, pois sentiram grande dificuldade de comunicação com os nativos, afinal, não entendiam a linguagem dos índios, e esse tão pouco a dos brancos. A obra “Historia da Sociedade Brasileira” remete bem a esse fato.

Uma semana no litoral sul da Bahia não deu aos portugueses todas as informações necessárias sobre a terra. Algumas notícias quanto à flora, a fauna, ao clima e, principalmente, a respeito dos nativos e seus produtos não eram suficientes para decidir algo em relação a esse novo mundo. [...] o interesse metalista continuava presente, mas o contato com os indígenas esclareceu pouco. Dois mundos, duas linguagens diferentes. (ALENCAR; CAPRI; RIBEIRO, 1996, p. 13)

Mesmo com tantas dificuldades, ambas as partes foram estreitando seus laços de contato pela convivência. Fato que acarretou trocas de culturas, entretanto uma se sobressaía mais que outra. Os portugueses possuíam um conhecimento diversificado e estratégico pela passagem por diversas culturas, saberes institucionais e organizações, vivenciadas antes na Europa e seus arredores. Já os nativos tinham uma organização simples, comunidades primitivas e seus conhecimentos eram do senso comum, passado de geração em geração.

Para os europeus, era vantajoso essas relações de convivência, pois passavam a conhecer cada vez mais sobre esses povos para conseguir o que sempre lhe atrai: riquezas preciosas. E também servia para poder consagrar a colonização.

Com o início oficial da colonização após a década de 1530 do século XVI, devido a crise com o comércio com Índias, Portugal começou a se interessa mais pelo Brasil. Com o tempo, multiplicaram-se os laços de dependência da metrópole com a sociedade colonizada, ocorrendo vínculos econômicos, comerciais e, culturais que foi fundamental para a dominação colonial (BUENO, 1998). Além do mais, a relação cultural ideológica entre ambos as partes foi o meio pelo qual Portugal usou para conseguir o que queria, impondo seu poder indiretamente sobre a sociedade colonizada. De certa forma, havia uma troca de benefícios entre a metrópole e a colônia, porém, obviamente a vantagem era da metrópole.

As relações cotidianas fizeram com que os colonizados importassem “a cultura e os comportamentos sociais” dos colonizadores. Dessa forma, aceitando “uma situação de inferioridade, de dominação”, ou melhor, a cultura neutralizava “através dos processos mistificados, os eventuais conflitos” existente nesse sistema vigente. Fazendo com que a sociedade encarasse a “exploração e a opressão” de forma natural (LOPEZ, 2002, p. 16).

Ao mesmo tempo, a religião católica teve um papel fundamental nesta empreitada Lusa. Os jesuítas vieram para a colônia com a finalidade de levar a palavra de Cristo – esse



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

era o discurso da Companhia de Jesus, para catequizar os índios, chegando até a aprender a língua nativa para facilitar a catequese. No entanto, não tinham nenhum interesse na cultura dos povos da terra, pois queriam que os indígenas vissem o mundo “da mesma maneira” que eles (LISBOA e BOTELHO, 2000). Sendo assim, essa forma de dominação cultural ideológica era um mecanismo que apassivava a sociedade indígena sem ela perceber o real propósito dos portugueses.

3.2 O índio na carta de Caminha

É notório, na carta de Caminha, perceber a visão do índio. Mas só podemos extraí-la indiretamente, apenas através dos escritos de Caminha e de terceiros, alguns de seus companheiros das naus que por vezes contavam algo importante que viu a Caminha. Além disso, a visão extraída do índio é de certa forma algo influenciado ou escolhido por Caminha. Pois, como diz Edward Carr, o historiador “seleciona, nomeia e classifica” o que acha mais importante. Por isso, a carta de Caminha é sua interpretação de fatos.

O que se sobressai da fala do índio na carta de Caminha, ao retratar as tribos Tupis, é que eles tinham uma vida tranquila, de hábitos, costumes, indumentários e casas em comum. Fisicamente possuíam aparência admirável de “bons rostos, bons narizes”. Andavam à vontade: nus, pois não tinham vergonha de seu próprio corpo e de quem o visse. Além do mais, possuíam seus próprios meios de proteger a pele, com suas pinturas no corpo todo e em parte dele. O cabelo tinha seu próprio penteado e corte que protegia o olfato para que melhor lhe auxiliasse em suas atividades dentro da mata (COSTA, 1943).

O povo indígena era formado por inúmeras tribos de diversas etnias, cada qual com suas tradições, crenças e costumes. Sua organização não era composta de classes sociais e nem tão pouco interesse individualizados. Sem falar que a terra, seu maior bem pertencia a todos.

Em relação ao cotidiano, a terra e a organização os autores Alencar; Capri e Ribeiro (1996) expõe em sua obra o seguinte,

Em geral os nativos do Brasil viviam em regime de comunidade primitiva. A terra pertence a todos e cada casal faz uma roça, de onde extrai alimentos para si e seus filhos. A divisão das tarefas de sobrevivência é natural, isto é, por sexo e idade. Uma sociedade organizada dessa maneira não tem classes sociais. Numa sociedade sem classes, a competição não é tão acirrada. [...] Vivendo solidariamente, a penúria de um é a de todos e a fartura chega também para toda tribo. Assim, nas épocas de escassez, todos emagrecem, voltando ao peso normal nos períodos de abundância. (ALENCAR; CAPRI; e RIBEIRO, 1996, p. 06)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Mesmo com um padrão de vida harmonioso e humano, muitos foram os estereótipos que surgiram em torno dos nativos, e principalmente um que foi mais difundido na Europa na época da colonização foi à crença que os povos que habitavam as novas terras comiam carne humana. Notícia que causou espanto, medo e muitas represálias portuguesas.

Os rituais antropofágicos eram costumes religiosos de algumas tribos indígenas que comiam a carne humana de seus inimigos que perdiam a guerra. Mas, não era qualquer um, era aquele líder de outra tribo. Comumente o inimigo era preso, mudavam o nome dele, dava-lhe uma esposa e cuidavam deles por alguns tempos. Após alguns meses ocorria uma cerimônia ritualística onde o inimigo era devorado por todos da tribo, pois era uma grande honra (LISBOA e BOTELHO, 2000). Mas, no imaginário europeu os índios eram canibais. No entanto, a alimentação do dia a dia era a base de frutas, ervas, peixes, caranguejos, mariscos, camarão, etc., e não a carne humana como foi divulgada na Europa.

Todavia, não era de se esperar boas publicações sobre essas novas terras, afinal os portugueses tinham a finalidade de colonizar, e um discurso como esse além de expulsar os piratas, era uma forma consolidar, sem empecilho, a dominação sobre as terras.

3.3 Exploração, estratégias e resistência no Brasil colônia

Para escapar das garras dos colonizadores, os indígenas elaboraram maneiras de resistir à submissão aos europeus e as atrocidades que esses impunham a eles. Dos que sobreviviam as guerras, os castigos e toda forma que podiam levar a morte restavam à escravidão, servindo de mão de obra para os europeus nas mais diversas formas de exploração.

Por ser distintos a eles, foram caracterizados como preguiçosos, selvagens e inferiores. E, a partir desse momento os índios se tornaram vítimas dos portugueses, pois com intuito de encontrar metais preciosos, usaram da “ingenuidade” dos indígenas. De início, foi à mão de obra para exploração do pau-brasil, considerada atividade escravista e compulsória, que já foi discutida anteriormente. Em seguida, os nativos foram explorados para o trabalho nas lavouras e produção da cana de açúcar, pois segundo Santos (2009) em 1521 já se produzia açúcar no Brasil. Os autores Alencar; Capri e Ribeiro (1996), também confirmam a exploração escrava “na implantação da lavoura açucareira, de iniciativa privada”. Muitos colonizadores empreendiam expedições para capturar os indígenas de suas aldeias para o trabalho, obrigando-os a trabalhar nas lavouras de subsistência, na busca de metais preciosos, entre outras formas deploráveis.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Eram usados também nas guerras, aliados aos portugueses e contra seus inimigos. Um episódio conhecido que retrata tal acontecimento foram às lutas no Rio de Janeiro para fundar a França Antártica:

Os Tamoios, com seus aliados, sob o comando geral do guerreiro Cunhambebe, lutavam bravamente. Movendo, com habilidade, os ataques de guerrilhas, cada vez abriam mais claros nas hostes lusitanas, que tinham nas suas fileiras a indiada de Araribóia. (LUNA, 1965, p.100 apud ALENCAR; CAPRI; e RIBEIRO, 1996, p.18)

Por outro lado, um fator que contribuiu para o favorecimento da colonização foi o conflito e a escravidão que já existia entre tribos indígenas, principalmente para aqueles que perdiam em guerras, ou até mesmo pelo sequestro nas aldeias inimigas (SOUSA, 1587). Assim, percebendo isso os colonizadores aproveitaram essas rixas incentivando-os ao extermínio (SANTOS, 2009, p.331). Conflitos que levou o extermínio de inúmeros nativos. Além disto, os nativos sofreram com as doenças trazidas pelos portugueses.

Com um discurso de guerra justa, isto é, “toda intenção é para promover o bem e a evitar o mal”, os portugueses empreenderam suas conquistas territoriais e “indianistas”, transformando em mão-de-obra os índios e exterminando os que resistissem. Desencadeando em um período de guerras sangrentas. Assim,

Para aqueles que faziam a guerra, ela era justa, ao menos aos olhos dos que estavam a serviço da Deus e de El-Rei e em favor da salvação das almas dos selvagens. Na concepção do outro, a guerra era injusta e estes lutavam para defender o que naturalmente lhes pertencia: suas vidas e seus territórios. (SANTOS, 2009, p.321)

Monteiro (1994) apresenta a sucessão das guerras justas que marcou a história do litoral no século XVI:

O conflito movido por Antonio Salema contra os Tamoios do Rio de Janeiro (1575), a primeira conquista do Sergipe (1575), o assalto aos Guarani sob o comando do capitão-mor Vicentino Jerônimo Leitão, as campanhas contra os Tabajara e Potiguar na Paraíba durante a década de 1580, entre outros. (MONTEIRO, 1994)

Assim como no litoral, o sertão teve esse mesmo fim, determinado pelas “guerras justas” e até com mais intensidade. Dessa forma, os portugueses foram se apossando e dominando as terras que não lhe pertenciam e se consagrando donos de direito por livre e espontânea pressão sobre as nações nativas.

Após a guerra justa, foi implantada pelos colonos, principalmente no sertão, a guerra de extermínio. Modelo que foi aplicado nas colônias espanholas. No Brasil tinha o objetivo de “limpar definitivamente o terreno das hordas dos Tapuias revoltosos”. Ou seja, os portugueses reagiram de forma mais brutal no sertão, devido uma maior resistência dos tapuias. Pois



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

segundo Ribeiro (1984) citado por Santos (2009) o índio era uma fera indomável que detinha as terras virgens e impedia o progresso e a urbanidade.

Os índios eram indivíduos bárbaros que precisavam ser civilizados para serem trabalhadores passivos e obedientes. Como sistema que legitimava essa ideia estava a Igreja Católica, responsável pela dominação e submissão indígena e, esteve desde o princípio da conquista apoiando a empreitada de Portugal. Santos (2009) fala sobre esse objetivo de Portugal de dominar o indígena:

Desde o início da colonização que a escravidão e catequizações foram utilizadas extensamente como forma de amansar o índio: os resultados foram infrutíferos, pois os índios sempre reagiam, causavam danos ao governo Luso. (SANTOS, 2009, p.341)

Nesta perspectiva, a presença indígena no Brasil, desde o início da colonização foi vista como um empecilho ao objetivo da coroa, embora houvesse em meados do século XVI, leis que visavam proteger os indígenas, mas essas leis nunca foram respeitadas.

As estratégias dos europeus para conquista eram inúmeras que consistiam em conseguir a aproximação e a confiança de grupos indígenas, a exemplo do que ocorreu na Paraíba, onde o europeu João Tavares firmou alianças com as tribos tabajaras. Tribos essas que não tinham uma relação harmônica com os potiguaras, por exemplo. E o europeu percebendo tais fatos se utilizou da fraqueza deles para conseguir a dominação. Neste sentido, Mello (2002) explica melhor tal acontecimento que ocorreu na Paraíba:

[...] mediante tratado de paz, por meio do qual os tabajaras, aceitando o domínio português, concordaram no estabelecimento desses e passaram a lutar contra seus irmãos potiguaras. Rigorosamente, não se tratava de ato de paz, mas entreato de guerra. Do ponto de vista indígena, uma traição. Em verdade, os portugueses aproveitaram-se das diferenças étnicas entre as tribos indígenas para jogar umas contra as outras, e prevalecer. [...] sem a cisão do campo dos naturais da terra, os representantes do Império não teriam dominado parte alguma do mundo. (MELLO, 2002, p.29)

Assim, essa era uma das táticas dos colonizadores que tanto foi usada no litoral quanto no interior do Brasil, pois “dividia para reinar”, colocando os nativos uns contra outros.

Devido as suas resistências ao acultramento europeu, os indígenas começaram a conhecer os cativeiros através das inúmeras expedições que penetraram principalmente os sertões, a partir do final do século XVI. Sendo o meio mais eficaz para aumentar as reservas de mão-de-obra.

Para os indígenas, valia toda tentativa de resistência, uma vez que não entendiam os motivos que levavam os brancos a aquelas atitudes. Afinal, “a nação de um índio é sua terra, é



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

a área onde ele vive com sua tribo”, disse Alencar; Capri e Ribeiro (1996). Aliás, as terras eram algo muito importante para estes, pois era o lugar de moradia e de onde tiravam seus alimentos, e meio a isso, resistiram bravamente para manter-se com seu sustento.

Segundo Mello (2002), na Paraíba não foi diferente a bravuras com que os indígenas defenderam seus territórios, principalmente as tribos potiguaras.

Foram esses que, nas guerras de conquista, lutaram por suas propriedades comunais, roças, haveres e famílias. [...] essa defesa da terra, os índios realizaram com bravura. Assim, foram necessárias inúmeras expedições para que a Paraíba fosse conquistada e tivesse início a colonização propriamente dita. (MELLO, 2002, p.27)

Muitos foram às formas de resistir, que ia desde as fugas coletivas até o suicídio. Pois, para eles a morte era uma forma de “reagir à tentativa de domínio do outro”. Segundo Santos (2009) morrer, para muitos índios, seria o não aceitação do outro e suas atitudes selvagens. Segundo Fernando Ortiz (1935), citado por Santos, o suicídio castrava dos colonizadores a mão-de-obra indispensável para a cata de riquezas.

4. Considerações finais

Desde que os europeus aportaram nestas terras os índios têm sido perseguidos e massacrados, tiveram e ainda têm sua cultura negada, seu território roubado e sua história apagada da memória coletiva. E, milhões de indígenas foram explorados e mortos em nome do progresso e desenvolvimento brasileiro.

Contudo, diante dos fatos abordados ao longo deste trabalho, ressaltamos a importância da resistência indígena para que a cultura destes não fosse completamente apagada. Povos que tiveram uma importância ímpar tanto para a construção ou formação da sociedade da época quanto para nossa cultura. Além do mais, lutaram, através dos meios que dispunha contra uma minoria privilegiada e um modelo econômico brutalmente desonesto, que os conservavam escravizados. Sem falar que sempre foram excluídos da História oficial. Relegados a condição de selvagens pela inferioridade em relação ao branco/europeu que manteve-se como preconceito, e ainda vemos esses reflexos em nossa sociedade brasileira. Sendo assim, hoje, essa visão do índio preguiçoso e inútil “cai por terra”, pois tudo se explica por seu modo de vida e de viver em contado com a natureza.

Mas, é obvio que houve trocas culturais entre ambas as etnias, porém as populações nativas saíram massacradas e exterminadas, sem falar nos resquícios que ainda hoje resta em nossa sociedade. E ainda, tem autores como Sergio Buarque de Holanda que disse que “o



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Brasil foi o berço da ‘democracia racial’ e que a cultura brasileira é o resultado da ‘harmonização’ da tríplice herança indígena, negra e europeia” (LOPEZ, 2002, p.19).

Além do mais, é preciso parar de ver os colonizadores portugueses como um povo cordial, que a exploração, a escravização e o extermínio foram necessários para a formação de uma sociedade, que tanto maltratou e matou índios e negros pelo simples interesse econômico. Pura ganância sem medidas e sem escrúpulos para com seres humanos. É preciso quebrar alguns discursos apassivadores que permeiam a literatura brasileira, essa visão eurocêntrica que interpõe muitos autores.

Neste sentido, podemos perceber que ao longo de toda história da humanidade, grupos têm sido excluídos socialmente e historicamente. E, até hoje, grupos “dominantes” – a elite, por exemplo, alguns imigrantes, entre outros, sempre trata-nos como um povo conquistado e colonizado, sempre explorando economicamente de diversas formas.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Referências

ALENCAR, Chico; CAPRI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venício. **História da Sociedade Brasileira**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento**: a verdadeira história da expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 01, 1998. (Coleção Terra Brasilis)

CARR, Edward Hallet. **O que é história?** Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961; tradução de Lúcia Maurício de Alverga, revisão técnica de Maria Yedda Linhares, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 9ª ed., 2006.

COSTA, Adriana. **Brasil colonial: divergência entre o escravismo indígena e o africano**. 23/agos, 2011. Disponível em <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/08/brasil-colonial-divergencia-entre-o.html>> acesso em 18 abril 2015.

COSTA, Angyone. O Índio na Carta de Pero Vaz Caminha. IN: **Indiologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

LISBOA, N. e BOTELHO, L. F. **A cor do pau-brasil**. [Filme-vídeo]. Produção de Nilza Lisboa e direção de Luís Felipe Botelho. Brasil. Ministério da educação, 2000. 00:12:15 min. color. Son. (Brasil 500 anos: um mundo na TV). Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=20475> acesso em 09 de agosto de 2015.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Colonial**. 6ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MELLO, José Octavio de Arruda. **História da Paraíba – Lutas e Resistência**. 7ª ed. João Pessoa: A UNIÃO, 2002.

MELO, Josemir Camilo de. Os indígenas na Paraíba. In: SOUZA, Antônio Clarindo B. de; Fabio Gutemberg R. B. de (orgs.) **História da Paraíba**. 2ª ed. Campina grande: EDUFPG, 2008. p. 25-34.

MONTEIRO, John. “O escravo índio, esse desconhecido”. IN: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índio no Brasil**. Brasília: MEC, 1994.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a inovação em história**. – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Cariri e Tarairiú? Culturas Tapuias nos Sertões da Paraíba**. Tese. (Doutorado em História/Arqueologia) PUC/RS Porto Alegre, 2009, 754pg.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

SOUSA, Gabriel Soares de. **Notícia do Brasil**. Gabriel Soares de Sousa; dir. e coment. Luís de Albuquerque; transcrição em port. atual Maria da Graça Pericão. - Lisboa: Alfa, 1989. - 258 p.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. M.. **Formação do Brasil Colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pag. 19-51.